

ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES:

o Estado do Conhecimento do ensino de História e a inclusão
escolar ¹

BETWEEN CHALLENGES AND POSSIBILITIES:

the State of Knowledge of History teaching and school inclusion

Julia Kaori Schmidt ⁱ

RESUMO: O objetivo deste estudo foi analisar as relações entre o ensino de História e a educação especial em pesquisas brasileiras. O procedimento metodológico adotado foi a revisão de literatura por meio do estado do conhecimento. O levantamento abrangeu o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e o repositório LUME/UFRGS, com 18 descritores em cada base, sem recorte temporal. Identificaram-se 45 produções focadas na educação especial no ensino de História. Os trabalhos foram organizados em cinco categorias. O estudo mapeia como os autores abordam a inclusão nesse ensino curricular.

Palavras-chave: Estado do Conhecimento. Ensino de História. Educação Especial. Inclusão.

ABSTRACT: The objective of this study was to analyze the relationships between history teaching and special education in Brazilian research. The methodological approach adopted was a literature review based on the state of knowledge. The survey covered the CAPES Catalog of Theses and Dissertations, the Digital Library of Theses and Dissertations, and the LUME/UFRGS repository, using 18 descriptors in each database, without a timeframe. Forty-five studies focused on special education in history

¹ Este artigo foi articulado a partir do trabalho final da disciplina do Estado do Conhecimento, oferecida em cotutela pelos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGEdu) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), ministrada pelas docentes Prof^a Dra. Marília Morosini e Prof^a Dra. Egeslaine de Nez.

teaching were identified. The works were organized into five categories. The study maps how the authors approach inclusion in this curriculum.

Keywords: History Teaching. Special Education. Inclusion. State of Knowledge.

1 INTRODUÇÃO

O ensino de História é um componente curricular extremamente importante por atuar na formação cidadã dos alunos, além de desenvolver a reflexão crítica necessário para o desenvolvimento de consciência. Um historiador de grande importância no campo é Marc Bloch e em sua reflexão sobre o ofício do historiador que para ele está diretamente relacionado a compreensão da ação humana ao longo do tempo, sendo a história concebida como a ciência que estuda os homens em seu contexto histórico (Bloch, 2001, p.55). Dessa forma, o ensino de história tem uma grande responsabilidade dentro da educação escolar.

Ademais, um tema que tem sido abordado cada mais frequentemente é a educação especial na perspectiva inclusiva. Tal temática atravessa todos os conteúdos curriculares e tem sido trabalhada por muitos de forma inovadora. Dentro dos debates acerca do ensino de História a questão da inclusão ainda tem sido pouco trabalhada, ficando assim a margem na interpretação do próprio professor em sua realidade. As mudanças necessárias ainda não têm sido implementadas nos currículos e planejamento de aulas muitas vezes, o que impossibilita a inclusão plena. É necessário que a pauta seja vista como pertencente ao campo de estudo e que os professores se entendam como agentes de inclusão, participando ativamente para que ela ocorra, assim como se entendam com a responsabilidade de criar uma sala de aula que respeite a diversidade.

A inclusão escolar pode ser entendida de múltiplas formas. Muitas vezes, acaba sendo reduzida a presença do aluno de educação especial na sala de aula. Todavia, essa é uma visão fragmentada, pois a mera presença não produz a inclusão. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 aborda a inclusão como “A perspectiva da educação inclusiva adota o princípio de que todos os alunos podem aprender e que as diferenças não devem ser motivo de exclusão, mas fator de enriquecimento do processo educativo” (Brasil, 2008, p.15).

Dessa forma, a inclusão opõe-se a modelos excludentes que têm foco na segregação desses alunos. Ela é baseada pelo princípio de equidade e vê a diversidade humana como um enriquecimento dentro do processo de aprendizagem, garantindo ao estudante todos os meios necessários para a sua plena participação nos processos escolares. Um fato importante nesse processo é a eliminação de diversas barreiras que ocorrem, como a física, pedagógica e as atitudinais. A partir disso pode-se compreender que o modo como o tema é trabalhado e significado nos processos pedagógicos de cada educador é de suma importância.

Dessa forma, o ensino de História não pode se eximir da responsabilidade de tratar da inclusão escolar. Pelo contrário, precisa assumir seu papel na construção de uma educação mais crítica, reflexiva e comprometida com o direito de todos. Nos últimos anos, o ensino de História tem se

voltado cada vez mais para a valorização da história social. Esse movimento amplia o olhar para além das narrativas tradicionais, que por muito tempo dominaram como se fossem a única forma legítima de ensinar. Com isso, sujeitos historicamente marginalizados passam a ser reconhecidos, e esse reconhecimento abre espaço para práticas pedagógicas mais inclusivas e reflexivas, sintonizadas com a diversidade das experiências humanas e com as múltiplas maneiras de estar no mundo, dessa forma “Pensar o ensino de história é em si um ato de cidadania e um engajamento na defesa da pluralidade de identidades.” (Azevedo; Mattos, 2017, p.121).

Segundo dados do Censo Escolar de 2024 (Brasil, 2024) a matrícula na educação especial passou de 1,25 milhão em 2019 para 2,07 milhões em 2024. Podemos observar a partir dos dados que mobilizar a perspectiva inclusiva dentro do ensino de história é um movimento cada vez mais urgente. As lacunas presentes no ensino de história demonstram como é necessária uma revisão acerca da transformação necessária das propostas didáticas e de um posicionamento que se comprometa na construção de um novo fazer pedagógico.

Este artigo se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio da metodologia do estado do conhecimento, com base na análise bibliográfica de produções acadêmicas que abordam de forma transversal a educação especial na perspectiva inclusiva e o ensino de história. A pesquisa foi elaborada no contexto da disciplina “Estado do conhecimento da dissertação/tese” cursada no Programa de Pós-Graduação de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

O artigo tem como propósito mapear e analisar o que já foi produzido sobre educação especial na perspectiva inclusiva e sobre o ensino de História. A relevância desse estudo se revela em duas frentes: a social e a científica. No campo social, o trabalho ajuda a dar visibilidade a um direito garantido por lei a inclusão escolar que, embora assegurado juridicamente, ainda encontra obstáculos em muitos contextos. Ao evidenciar as lacunas existentes e, ao mesmo tempo, destacar as estratégias e práticas inovadoras que vêm sendo desenvolvidas, a pesquisa contribui para o fortalecimento de uma educação que reconhece e valoriza a diversidade. Já no âmbito científico, o texto se coloca como uma referência para professores e pesquisadores, oferecendo subsídios tanto para o aprofundamento das práticas já em curso quanto para a compreensão das diferentes formas pelas quais a inclusão tem sido pensada e implementada. A metodologia do Estado do conhecimento oferece a base organizada e crítica para as múltiplas reflexões que devem ser cada vez mais desafiadas e aprofundadas.

O presente artigo está organizado em cinco partes. A primeira corresponde a introdução, na qual é apresentado o objeto de estudo e sua justificativa. A segunda parte trata da metodologia adotada, com destaque para os procedimentos realizados no Estado do Conhecimento. Em seguida, na terceira parte, são apresentados os dados coletados nos bancos de dados dos periódicos selecionados, compondo o panorama inicial das produções antepostas. A quarta parte é dedicada à análise das categorias construídas a partir do corpus de análise. Por fim, a quinta parte apresenta as considerações finais, destacando as contribuições dos estudos, as limitações, potencialidades e as possibilidades de aprofundamento.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: análise do campo científico

A metodologia definida foi o levantamento bibliográfico por meio do estado do conhecimento traçando um paralelo entre ensino de história e educação especial com a finalidade de mapear o que se tem discutido na área e quais reflexões têm sido geradas. As plataformas consultadas foram o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES)², a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)³ e o repositório LUME da UFRGS⁴, plataformas de busca de trabalhos científicos de acesso livre que publicam artigos em português.

Se optou por pesquisar em bancos nacionais e não internacionais, tendo em vista que o intuito era buscar compreender como o tema vem sendo abordado pelos pesquisadores e professores no Brasil, assim também foram escolhidos descritores apenas em português. Foram utilizados um total de 18 descritores, relacionados a termos que representassem a área da história – “ensino de história” e “professor de história” e usado o booleano *AND* com um termo para representar a área da educação especial “inclusão”, “educação especial”, “portador de deficiência”, “pessoa com deficiência”, “deficiência”, “autismo”, “surdez”, “surdo”, “transtornos globais”, “superdotação”, “altas habilidades”, “autista”, “baixa visão”, “TEA”, “deficiência física” e “cego”. A escolha de descritores foi feita para abranger a pesquisa tanto em termos de produções sobre um foco no professor, no processo de inclusão quanto em estratégias, levando em consideração que muitos trabalhos poderiam retratar a inclusão de forma ampla, mas um número também considerável acabaria por focar na deficiência, tratando de um público em específico. Por não terem sido feitas delimitações temporais, os termos foram pesquisados levando em conta as mudanças que sofreram ao longo do tempo e da alteração das legislações que os modificaram.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

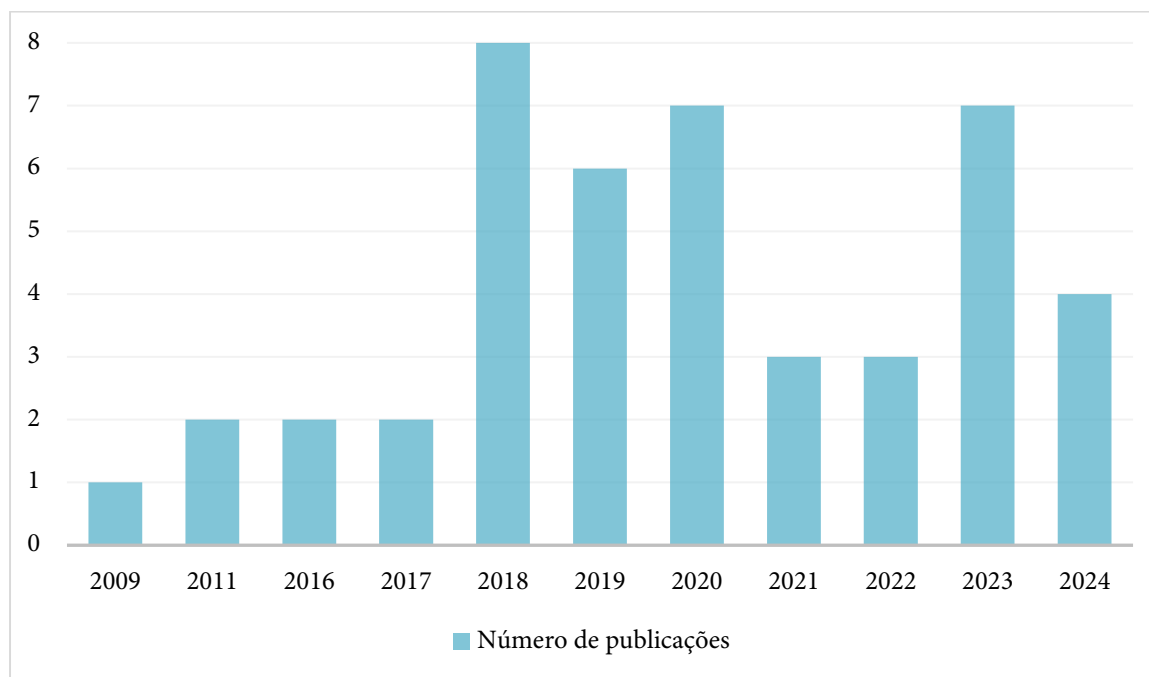
A partir da metodologia do estado do conhecimento, utilizando as três bases de dados foram encontradas 601 publicações entre artigos, trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações. Dessas, um grande número se repetiu ou são de outras temáticas. Assim foram selecionados 84 e, retiradas as repetições, restaram 45 trabalhos. Mesmo sem recorte temporal, a disposição cronológica vai do ano de 2009 ao ano de 2024, como pode ser observado no gráfico 1.

2 disponível em: <https://periodicos.capes.gov.br>

3 disponível em: <https://bdtd.ibict.br>

4 disponível em: <https://lume.ufrgs.br>

Gráfico 1 – Número de publicações entre 2009 e 2024.



Fonte: elaborado pela autora (2025).

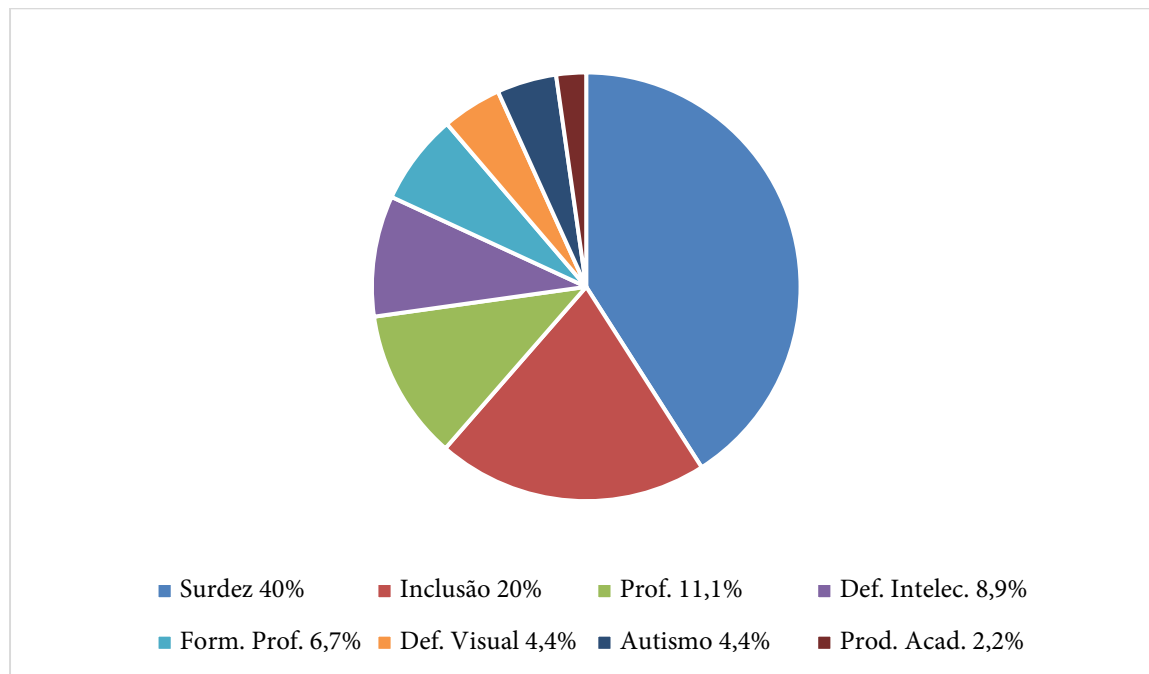
Os dados apontam que os 45 trabalhos se distribuem em 15 anos, sendo que desses 11 anos tiveram publicações e 4 anos não tiveram nenhuma publicação sobre o tema. É importante observar que os trabalhos aparecem a partir do ano de 2009, entretanto as leis que tratam sobre os direitos à educação das pessoas com deficiência são anteriores. Podemos dizer que uma das leis mais importantes é a Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), que afirma a inclusão preferencialmente nas escolas regulares. Em seguida temos a declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) que, mesmo não sendo uma lei nacional, o Brasil aderiu, assumindo o compromisso com a perspectiva da educação inclusiva e que, assim, teve forte influência nas posteriores leis brasileiras.

A lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional, 1996, e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, 2008, são todas leis que tratam do tema e são anteriores ao primeiro trabalho publicado. Todas essas normativas propiciaram um terreno fértil para que pesquisas pudessem começar a surgir. Cada área abordou o tema dentro de seu escopo para desenvolver inovações em suas propostas. Todavia, o campo da história ainda estava em defasagem quanto aos debates que englobam o tema associado às práticas e vivências escolares.

Os autores demonstram como mesmo o aumento das pesquisas ainda é muito ínfimo perto das demandas reais das escolas. A lacuna nas pesquisas é evidenciada pelos frequentes relatos dos professores que afirmam não se sentirem preparados para atuar em contextos inclusivos. O ano de 2018 é o que tem maior coeficiente de trabalhos publicados. São ao todo 8 trabalhos, e se mantém um número relativamente estável entre 2018 e 2020, variando entre seis e oito trabalhos anuais. Contudo, em seguida o número cai pela metade em 2021, podendo ter sofrido um grande impacto causado pela

pandemia da Covid-19. Os dados revelam uma fragilidade na produção científica sobre o tema, mas também a necessidade de sua ampliação de forma que problematize e auxilie nas práticas docentes.

Gráfico 2 - Núcleos temáticos dos trabalhos encontrados



Fonte: elaborado pela autora.

Quando se iniciou a pesquisa, a intenção era trabalhar a inclusão em um sentido mais amplo dentro do campo da história. Entretanto, ao longo da pesquisa pôde-se observar como muitos autores baseavam suas pesquisas em relatos de suas experiências e, deste modo, iam delimitando-as para um público específico. Dessa forma foi possível entender que 40% dos trabalhos tinham como foco os estudantes surdos, 20% trabalhavam a inclusão sem delimitação, 11,1% focavam na experiência do professor, especialmente trabalhando suas significações pessoais, 8,9% sobre deficiência intelectual, 6,7% formação de professores, autismo e deficiência visual com 4,4% e transtornos globais e produções acadêmicas com 2,2%.

Podemos problematizar que o foco demasiado no tipo de deficiência pode acabar por limitar ou transformar a inclusão em um reducionismo. Por outro lado, 81,8% dos pesquisadores já atuam como professores; em 7,8% dos autores não foi possível confirmar essa informação, e apenas 10,4% não exercem docência, sendo que desses, muitos atuam como intérpretes de libras. Esse dado mostra que os pesquisadores são educadores e voltam-se para a pesquisa a procura de sanar dúvidas e propor intervenções em suas próprias salas de aula.

Dentro disso podemos entender que muitas pesquisas estão ancoradas nos desafios presentes em cada sala de aula do professor pesquisador, esses trabalhos acabam por assim se aproximarem da realidade escolar. Entretanto, a visão demasiadamente próxima do educador pode intencionalmente gerar abordagens centradas nos casos, causando uma delimitação baseada no público-alvo,

favorecendo um aprofundamento, ao mesmo tempo que pode acabar fragmentando a visão acerca da inclusão escolar.

Dessa forma, a inclusão pode ser percebida como uma resposta a demandas individuais que exigem ações rápidas, em detrimento de discussões maiores em problematizar as barreiras estruturais, atitudinais e curriculares que afetam os estudantes. A experiência do trabalho com um aluno é demasiadamente importante, pois se essa reflexão permanecer na vivência do professor então ele fará do seu ensino algo novo e mais intencional, porém essa centralidade no aluno pode acabar diminuindo a dimensão coletiva e estruturas que não devem ser invisibilizadas. É preciso aprofundar os debates também em torno das políticas públicas, a formação docente e a não omissão da escola e de todo seu corpo docente.

Quadro 1 – Categorias analíticas.

Análise e/ou proposta de práticas pedagógicas	Análise de pesquisa bibliográfica	Narrativas de trajetórias de vida/escolares
Menezes; Lima; Rodrigues (2019) ⁵	Oliveira; Paixão; Silva; Papim (2018)	Sousa; Oliveira (2020)
Santos; Sarzi (2023)	Fernandes (2024)	Azevedo; Costa (2022)
Santos (2021)	Lopes; Lippe (2023) ⁶	Oliveira (2018)
Santos (2018)	Reis; Silva (2023) ⁷	Fonseca; Calixto; Baia (2020)
Ferrari; Luiz (2021)	Silva (2018)	Carneiro; Andrade (2018)
Stipp (2019)	Teixeira (2020)	Pedroso; Dias (2011)
Rodrigues (2020)		Cunha (2018)
Nunes (2022)		Nogueira (2022)
Pimentel (2023)		Lima; Carvalho (2018)
Netto (2018)*		Lima (2019)
Mattos; Azevedo (2020)		Lima (2020)
Silva (2023)		Schafer (2024)

⁵ MENEZES, Rogério Félix de; LIMA, Patrícia Ribeiro Feitosa; RODRIGUES, Bárbara Suellen Ferreira. Ensino de História: uma proposta de aula na perspectiva da inclusão. Research, Society and Development, v. 8, n. 8, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662199002>. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i8.1132> Acesso em: 08 maio 2025.

⁶ LOPES, Karine Maria Lima; LIPPE, Eliza Marcia Oliveira. Ensino de História na ótica das práticas educativas inclusivas: análise das produções acadêmicas brasileiras (2004–2021). Olhar de Professor, Ponta Grossa, v. 26, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor>. Acesso em: 9 maio 2025. DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.26.21240.028>.

⁷ REIS, Aaron Sena Cerqueira; SILVA, Joilson Pereira da. Ensino de História e Educação de Surdos: considerações sobre o estado da arte. Revista História Hoje, São Paulo, v. 12, n. 24, 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v19i20.985> Acesso em: 12 maio 2025.

Barros (2013)		Lima (2023)
Azevedo; Mattos (2017)		Silva (2009)
Almeida (2023)		Fraga (2024)
Leão (2017)		
Santos (2024)		
Lameirão (2020)		
Vieira (2020)		
Arvellos (2019)		
Netto (2018)**		
Perales (2018)		
Mattos (2016)		
Ervilha (2019)		

Fonte: elaborado pela autora⁸

A partir da leitura e análise dos trabalhos selecionados e a partir do Estado do Conhecimento foram construídas três categorias analíticas principais e duas subcategorias, que orientam e organizam a interpretação dos dados. A primeira categoria “análise e/ou proposta de práticas pedagógicas” (24) foi dividida em duas subcategorias: “currículo comum” (13) e “currículo adaptado/público-alvo” (11). A segunda e terceira categoria foram “análise de produções” (6) e “análise de relatos/vivências” (15). Essas categorias foram organizadas em função da aproximação temática e metodológica identificadas nas produções, o que possibilita a organização dos dados para uma leitura mais aprofundada nas diferentes abordagens encontradas. A seguir são apresentados os critérios e características utilizadas para o fundamento dessas categorias.

A primeira categoria analítica “Análise e/ou Propostas de Práticas Pedagógicas” reúne trabalhos que descrevem, analisam ou propõem práticas pedagógicas voltadas para a inclusão escolar. Reúne relatos, oficinas, sequências pedagógicas entre outras didáticas, que abordam formas de atuação dos docentes ante a diversidade, procurando problematizar e gerar produtos e reflexões que possam auxiliar nas aulas. Foi subdividida em duas subcategorias: Currículo Comum, que reúne práticas desenvolvidas/analizadas, com proposta a partir da participação de todos os estudantes de forma igualitária, independentemente de serem da educação especial ou não. As propostas partem da premissa de que não deve haver distinção nas atividades dos alunos, eles devem ser incluídos na turma. Exemplos dessas atividades são o uso do teatro, uso do patrimônio local, ou propostas que promovam a participação em grupo.

⁸ As marcações de asterisco sinalizam duas publicações do mesmo autor no mesmo ano.

Quadro 2 – Subcategorias

Propostas coletivas	Propostas Individuais
Menezes; Lima; Rodrigues (2019)	Stipp (2019)
Santos; Sarzi (2023)	Nunes (2022)
Santos (2021)	Mattos; Azevedo (2020)
Santos (2018)	Silva (2023)
Rodrigues (2020)	Barros (2013)
Pimentel (2023)	Azevedo; Mattos (2017)
Neto (2018)*	Almeida (2023)
Santos (2024)	Leão (2017)
Arvellos (2019)	Lameirão (2020)
Netto (2018)**	Vieira (2020)
Perales (2018)	Mattos (2016)
Ervilha (2019)	
Ferrari; Luiz (2021)	

Fonte: elaborado pela autora⁹

A subdivisão Currículo Adaptado/Público-Alvo reúne trabalhos que analisam e/ou propõem práticas voltadas para um público específico. As propostas são pensadas a partir das especificidades com estratégias pedagógicas adaptadas ou idealizadas de forma focalizada. Algumas dessas pesquisas desenvolveram-se em contextos escolares específicos como escolas bilíngues para surdos ou propõem atividades voltadas para um grupo específico. Ainda que a proposta possa ser utilizada de forma diferente, sua intenção não é a segregação, mas sim que se tenha a possibilidade da construção de acessibilidade a partir de ações pedagógicas individualizadas.

A segunda categoria principal “Análise de Produções” compõe-se por trabalhos que tem como objetivo fazer levantamentos, comparações e proposições a partir de revisões bibliográficas entre outras metodologias que se propõem a mapear e analisar o que já foi produzido na área. Muitos desses trabalhos têm focos em um tipo de deficiência e delimitam seus objetos de pesquisa dentro de determinados grupos. Por fim, a terceira categoria “Análise de Relatos/Vivências inclui pesquisas que trabalham as narrativas sobre o cotidiano escolar, por uma visão através do olhar dos alunos, professores e entre outros agentes escolares. Diferencia-se das práticas pedagógicas por não se estruturar em torno de uma prática ou didática específica, mas sim nas interações sociais e afetivas. Muitas vezes apresentam uma perspectiva subjetiva e reflexiva sobre o processo de inclusão escolar.

⁹ As marcações de asterisco sinalizam duas publicações do mesmo autor no mesmo ano.

4 ANÁLISE E/OU PROPOSTA DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesta categoria foram elencados 24 trabalhos dentre os encontrados nas plataformas utilizadas. Entre eles é possível perceber a mobilização e o esforço feito pelos autores para romper com as formas tradicionais do ensino de História e propor alternativas metodológicas que propiciem um ensino para todos os seus educandos. Os trabalhos ganham destaque pela valorização da criatividade dos docentes e pesquisadores pela busca de caminhos alternativos, especialmente no contexto atual em que a diversidade se evidencia e se faz ouvir, sendo necessário repensar estruturas consagradas para refletirmos se elas ainda são as únicas possíveis ou as mais eficazes. Os autores problematizam se os caminhos didáticos que são utilizados permitem o exercício do direito de todos os estudantes ao conhecimento histórico. Nesse sentido, Santos (2021) afirma que:

Quando passamos a refletir sobre o processo de inclusão escolar junto ao ensino de História o fazemos não apenas por questões legais, mas também a partir de posicionamentos teórico-metodológicos. Isto é, entendemos que não há espaço para o que chamaremos de segregação educacional dentro das aulas de História uma vez que temos a compreensão que nossa disciplina tem entre seus objetivos principais, na educação básica, contribuir para a formação de cidadãos ativos e engajados no aprofundamento da ordem democrática no Brasil. Assim sendo, não vemos como possível falar em ensino de História inclusivo sem discutir cidadania e democracia. (Santos, 2021, p.43).

Essas reformulações no ensino de história podem ser observados com as práticas apresentadas e analisadas nas produções que envolvem desde podcast, quadrinhos, teatro, sequências didáticas, vídeos, uso do patrimônio e entre outras estratégias, e apresentam um hall de possibilidades que convidam os educadores a não terem medo das possibilidades. Essas ações concretas desafiam o modelo hegemônico de aulas de história centradas na oralidade e na leitura de longos textos, como é apontado pelos autores:

Antes a ideia de memorizar datas, nomes, conceitos e acontecimentos eram comuns na sala de aula, no entanto, hoje em dia é fundamental que ocorra uma modificação desse pensamento com o intuito de adequar o conteúdo ensinado na sala de aula com a nova realidade dos estudantes e comunidade escolar, através de conhecimentos que prezem pela reflexão. (Nunes, 2022, p.80).

Para além de propostas de didáticas isoladas, essas práticas evidenciam o desejo por um novo fazer histórico, uma transformação curricular e didática das práticas de ensino. Nessas provocações é evidenciado que a inclusão não deve ser pensada como uma exceção, mas como um eixo estruturante das propostas pedagógicas. Entretanto, a forma como essas modificações podem se suscitar são

múltiplas, cada autor traz o que, ao seu entendimento, é mais adequado, a pluralidade que se segue daí exigiu maior grau de organização, dessa forma foram criadas estruturas de sistematização.

Em uma análise mais aprofundada foram identificados quatro núcleos temáticos: Práticas Pedagógicas bilíngues e em libras que trabalham a valorização da cultura surda, Práticas Pedagógicas visuais e imagéticas que se utilizam de imagens, quadrinhos, ilustrações entre outros recursos visuais para promover a aprendizagem dos conceitos do ensino de história. Também as Práticas multissensoriais e interativas que articulam diferentes formas de participação dos alunos e Práticas pedagógicas com tecnologias digitais que utilizam recursos como *YouTube*, *podcast*, plataformas e mídias digitais para criação de aulas mais acessíveis. Ressalta-se, entretanto, que a identificação desses núcleos temáticos não pretende esgotar a complexidade dos trabalhos, e sim são utilizados como uma ferramenta para a leitura evidenciando as recorrências.

Os núcleos temáticos auxiliam na identificação de caminhos metodológicos que foram feitos pelos autores. Foi também possível observar outra bifurcação dentro da categoria, referente à intenção das propostas. Dessa forma foram organizadas duas subcategorias: aquela que propõe ou analisa práticas pedagógicas voltadas para todos os estudantes, e aquela que se dirige exclusivamente para um público-alvo, muitas vezes focando na atividade de forma separada para o estudante com deficiência do que para os demais colegas. Essa distinção se refere à concepção de inclusão e do currículo que orienta as propostas didáticas.

a) Subcategoria Propostas Coletivas

Nesta categoria estão inseridos os trabalhos de Mattos (2016), Santos e Sarzi (2023), Santos (2021), Santos (2018), Rodrigues (2020), Pimentel (2023), Netto (2018a), Santos (2024), Arvellos (2019), Netto (2018b), Perales (2018), Ervilha (2019), Ferrari e Luiz (2021) e Menezes, Lima e Rodrigues (2019). Os trabalhos reunidos compartilham da concepção de prática pedagógica inclusiva como um elemento integrante de todo o fazer pedagógico e não uma alteração pontual feita exclusivamente quando temos uma demanda. Dessa forma o ensino deve ser acessível para todos considerando as múltiplas formas de aprendizagem.

Um ensino inclusivo não deve ser focado para a deficiência. Segundo os autores, ele deve integrar em sua ideia principal de que a diversidade é um agregador e gerador de enriquecimento na transformação da cultura escola. Em todos os casos, o uso ou análise das metodologias se valeram para a turma de forma coletiva, sem diferenciação e, mesmo nos casos em que a intenção inicial foi explorar a acessibilidade para um aluno em específico, os autores trouxeram sua potencialidade de ser um benefício para todos os estudantes.

b) Subcategoria Propostas Individuais

Nesta categoria são classificados os trabalhos de Stipp (2019), Nunes (2022), Mattos e Azevedo (2020), Silva (2023), Barros (2013), Azevedo e Mattos (2017), Almeida (2023), Leão (2017), Lameirão (2020), Vieira (2020) e Mattos (2016). A segunda subcategoria reúne trabalhos que têm suas práticas estruturadas com base na particularidade do estudante. Esse olhar atento às necessidades concretas de

cada sujeito procura assegurar o real acesso ao conhecimento histórico, respeitando suas linguagens e modos de expressão, sem representarem isolamentos ou exclusões. Na maior parte dos autores, as propostas expressam um comprometimento com a valorização da identidade dos estudantes. Vieira (2020), Mattos (2016), Lameirão (2020), Santos (2018), Mattos e Azevedo (2020), Stipp (2019) trazem sensibilidade ao debate quando argumentam que o ensino para estudantes surdos não deve apenas apresentar o conteúdo em libras, as diferentes metodologias não se apresentam apenas como inovações, mas também como uma defesa ao respeito e devem ser acolhidas e interpretadas como construtoras de sentido. Os trabalhos propõem a pensar propostas que enfrentem o desafio de um ensino real que respeite a todos, mas compreendendo que não pode haver equidade sem considerarmos as diferenças.

5 CATEGORIA ANÁLISE DE PRODUÇÕES

Nesta categoria estão inseridos trabalhos que analisam a presença ou ausência dos sujeitos com deficiência na construção, circulação e difusão do conhecimento histórico. A questão não se limita dentro do campo da escola, mas abrange a academia e a produção do conhecimento. O trabalho de Fernandes (2024) por exemplo, evidencia a falta de materiais para a formação docente adequada dentro das necessidades de conhecimento do campo da educação especial. O estudo de Oliveira, Paixão, Silva e Papim (2018), ao mapear teses e dissertações, encontrou pouquíssimos trabalhos voltados à deficiência intelectual no ensino de história, revelando assim um silenciamento.

Ainda que cada estudo tenha seu foco – formação docente, deficiência intelectual, surdez, entre outros – todos revelam a falta de pesquisas e participação no que se refere a sujeitos com deficiência. Esse silenciamento é evidenciado pelas múltiplas barreiras que o formam e que são extremamente complexas e interligadas. Desde a formação inicial de professores, na qual muitas universidades ainda não colocaram em seus currículos a oferta de disciplinas que trabalhem o tema da educação especial e da inclusão, até a falta de formação continuada, leva muitos docentes a chegarem à sala de aula sem um preparo.

Em geral, os futuros professores de História terminam seus cursos de formação inicial sem nenhuma experiência quanto ao modo de ensinar ao EDI, o que faz com que adotem os métodos de ensino dos quais possuem maior conhecimento, ou seja, os métodos de ensino tradicional. (Oliveira; Paixão; Silva; Papim, 2018, p.241).

Autores como Fernandes (2024) também vão procurar compreender os obstáculos nos espaços acadêmicos, como a dificuldade de pessoas com deficiência terem seus trabalhos aceitos para publicação em determinadas revistas científicas, denunciando assim barreiras epistemológicas. Pode se enunciar que diferentes ambientes que deveriam ser espaços de defesa da democratização do saber acabam por se demonstrarem também excludentes.

A pouca atenção dispensada ao tema do ensino de história para pessoas com surdez e de outros segmentos da comunidade de pessoas com deficiência pode ser observada na ausência de artigos publicados por e para pessoas surdas pelas revistas científicas classificadas pelo Qualis como A1 e A2 na área de história. Isso traduz a escassa discussão sobre o lugar da surdez e da pessoa com deficiência no ensino e na produção histórica. (Fernandes, 2024, p.4).

As barreiras somam-se ao observarmos que assim como temos a ausência, também encontramos uma naturalização dessa ausência. As pesquisas dos autores apontam a produção e a disponibilização de conhecimento e educação acessível não como uma concessão, mas uma urgência política e formativa.

6 ANÁLISE DA CATEGORIA DOS RELATOS E VIVÊNCIAS

A terceira categoria abrange estudos que se debruçam sobre experiências vividas no contexto do ensino de história, tanto do ponto de vista dos professores quanto dos estudantes da educação especial. Os trabalhos partem do cotidiano escolar e dão centralidade a dimensões subjetivas e afetivas para além das formativas. A escuta reflexiva dos desafios encontrados revela tanto o esforço de diferentes educadores e profissionais para acolherem seus estudantes, quanto a presença de sentimentos de exclusão e despreparo, frustração e solidão que marcam muito o processo escolar dos sujeitos.

Pedroso e Dias (2011), Oliveira (2018), Fonseca, Calixto e Baia (2020), Carneiro e Andrade (2018), Sousa e Oliveira (2020), Cunha (2018), Lima e Carvalho (2018), Lima (2019), Lima (2020), Schäfer (2024), Lima (2023), Fraga (2024) se detém em procurar identificar como os professores de história significam suas experiências frente a inclusão escolar, assim como Azevedo e Costa (2022), Nogueira (2022) tratam de apresentar o ponto de vista dos alunos, Silva (2009) já procura traçar a relação com relatos dos alunos e seus respectivos professores de história.

Tais relatos demonstram como um ensino com marcas de despreparo e receios, mesmo que muitas vezes superado para abrir caminho a uma reflexão das práticas, pode ainda assim se demonstrar uma jornada árdua para o profissional. Entretanto, se a mudança não ocorrer no ensino, o resultante, como frisam os estudantes que tiveram uma experiência de educação não inclusiva, acaba por impactar negativamente suas experiências escolares, alterando assim suas construções de sentido. As memórias desses estudantes evidenciam as marcas duradouras que percorrem o campo de formação e adentram o plano subjetivo social das relações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos trabalhos selecionados através do Estado do Conhecimento revela a complexidade e a pluralidade de caminhos trilhados pelos pesquisadores ao trabalharem o ensino de história relacionado a educação especial na perspectiva da inclusão. Longe de apresentar uma narrativa homogênea, o conjunto expressa diferentes abordagens – a partir de propostas, reflexões, análises de produções, relatos – que não esgotam as possibilidades e a necessidade de aprofundamento. É possível observar um esforço na construção de práticas acessíveis que inovem no ensino de história e se comprometam com o direito à diversidade. Buscam através de novas metodologias uma forma de transformar a lógica do fazer pedagógico, produzindo sentido e a real inclusão.

Ao mesmo tempo, parte significativa das produções assume um papel de denúncia, pois apresenta estudos e narrativas que evidenciam o apagamento e a ausência de políticas públicas, formação docente, recursos didáticos e acessibilidade, e dentro dessas ausências a naturalização da falta. As produções apresentam impactantes relatos de estudantes que não tiveram seus direitos assegurados e como a instituição escolar não garantiu a real inclusão. O caminho trilhado, portanto, evidencia que as falhas em determinadas políticas e práticas escolares não pode ser entendida apenas como omissões pontuais, mas sim como parte de uma lógica estrutural que historicamente marginaliza determinados grupos sociais. Reconhecer essa lógica é fundamental para que a inclusão deixe de ser um ideal retórico e se torne um princípio estrutural.

Esses registros que se apresentam, muitas vezes, dolorosos, reforçam a necessidade de enfrentar de forma consciente as ações humanas dentro do ambiente escolar e as escolhas feitas pelos profissionais. Deste modo, é possível concluir que para além de sinalizar avanços, os trabalhos analisados apontam para o campo marcado por tensões e a urgência de se repensar o ensino e a definição de inclusão no ensino de história. A potência das pesquisas está tanto em dar visibilidade ao novo quanto em evidenciar as permanências convocando a crítica.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Márcio Araújo de. Imagens e sinais: uma proposta de ensino de História através da língua brasileira de sinais. 2023. Dissertação (Mestrado em Ensino). Programa de Pós-Graduação em Ensino (POSENSINO) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RN (IFRN). Mossoró, 2023.

ARVELLOS, Dulce Beatriz Silva de. O ensino de História através do patrimônio local: uma proposta pedagógica para alunos com autismo. 2019. 137 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, 2019.

- AZEVEDO, Kézia Meize de Melo; COSTA, Rafaela Almeida da. Análise de relatos sinalizados de sujeitos surdos: a acessibilidade no ensino de História. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 9, e10711931518, 2022. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i9.31518>
- AZEVEDO, Patrícia Bastos de; MATTOS, Camilla Oliveira. Ensino de história para alunos surdos: a construção de conhecimento histórico a partir de sequências didáticas. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 112-133, set./dez. 2017. <https://doi.org/10.5965/1984724618382017112>
- BARROS, Elisangela Nunes. Construção, aplicação e análise de proposta de formação continuada de professores para o trabalho com a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, o ofício do historiador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2024*. Brasília: INEP/MEC, 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.
- CARNEIRO, Relma Urel Carbone; ANDRADE, Mayara Elois. Escolarização de estudantes surdos em escolas comuns: visão do professor comum, especializado e interlocutor. *Revista Científica UBM*, Barra Mansa (RJ), ano XXIII, v. 20, n. 39, 2. sem. 2018, p. 154-173. ISSN 1516-4071.
- CUNHA, Bianca Langhinrichs. O ensino de História em uma escola bilíngue para surdos como ponto de partida para a descrição de um cenário. 2018. 84f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018.
- ERVILHA, Guilherme Cortez. Transtornos globais do desenvolvimento e a inclusão escolar: adequações curriculares para o ensino de história no ensino médio. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Docência na Educação Básica) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2019.
- FERNANDES, Valter Lenine. “Nada sobre nós, sem nós”: a surdez no ensino de história e na produção historiográfica, 2015-2022. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 31, e2024028, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702024000100028> Acesso em: 6 maio 2025.
- FERRARI, Douglas Christian; LUIZ, Miriã Lúcia. O ensino de História e a Educação Especial na formação inicial de professores. *Revista Educação*, Santa Maria, v. 46, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644442847> Acesso em: 5 maio 2025.
- FONSECA, André Dione; CALIXTO, Hector Renan da Silveira; BAIA, Lino Arlem Azevedo. A História em silêncio: o ensino de História para alunos surdos em Santarém-PA. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 7, n. 17, p. 257-282, jan./dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.26568/2359-2087.2020.4886>

FRAGA, Lucyana Farani de Campos. Inclua-se nessa história: narrativas e percursos de autoformação docente para a construção de aulas de história inclusivas. 2024. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2024.

LAMEIRÃO, Tuanny Dantas. Imagens, ensino de história e surdez: como a história é vista nas imagens históricas pelos surdos. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

LEÃO, Gabriel Bertozzi de Oliveira e Sousa. Ensino de História para cegos: investigando práticas com uso da iconografia. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05072017-153235/>. Acesso em: 12 maio 2025.

LIMA, Márcia Raika e Silva. As significações de professor do Ensino Médio sobre a educação inclusiva. Revista Educação, Santa Maria, v. 45, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/37039>. Acesso em: 06 maio 2025. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984644437039>

LIMA, Márcia Raika e Silva. O pensar, o sentir e o agir de uma professora do Ensino Médio sobre a Educação Inclusiva. Revista Eletrônica Pesquiseduca, Santos, v. 15, n. 39, p. 559-574, set./dez. 2023. DOI: 10.58422/repesq.2023.e1520. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cJgwjVtjwQ4thrMbxB4ZPFm> Acesso em: 9 maio 2025.

LIMA, Márcia Raika e Silva. Práticas pedagógicas para incluir alunos da educação especial na escola de ensino médio: significações de uma professora. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 15338-15353, set. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv7n8-499>

LIMA, Márcia Raika e Silva; CARVALHO, Maria Vilani Cosme de. “MEU MUNDO CAIU!”: as significações de uma professora de ensino médio acerca da atividade de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educativas especiais. Linguagens, Educação e Sociedade, Teresina, Ano 23, Edição Especial, p. 159–180, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26694/les.v1i1.8239> Acesso em: 05 maio 2025.

MATTOS, Camilla Oliveira; AZEVEDO, Patrícia Bastos. Aspectos teóricos na relação entre linguagem, surdez, letramento e ensino de história. Revista de Educação, Ciência e Cultura, Canoas, v. 25, n. 1, p. 135-148, mar. 2020. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/5708> Acesso em: 5 maio 2025. <https://doi.org/10.18316/recc.v25i1.5708>

MATTOS, Camilla Oliveira. Sinais do tempo: construção de significados de tempo histórico em Libras para alunos surdos em uma perspectiva de letramento em História. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2016.

NETTO, Ernesto Padovani. Ensino para diferentes sujeitos: o acesso de alunos surdos às aulas de História. 2018a. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2018a.

NETTO, Ernesto Padovani. O youtuber como professor de história: diálogos entre história pública e história digital na educação de surdos. Revista História Hoje, v. 7, n. 14, p. 196-217, dez. 2018b.

NOGUEIRA, Paulo Felipe. Aleijando o ensino de história: narrativas de estudantes com deficiência. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

NUNES, Eliana Duarte. Ensino de História e o uso do podcast para estudantes com deficiência visual. 2022. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande, 2022. Orientadora: Profª Drª Rita de Cássia Grecco dos Santos.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; PAIXÃO, Katia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima da; PAPIM, Ângelo Antônio Puzipe. O lugar da deficiência intelectual na produção científica sobre o ensino de História. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 66, n. 2, p. 225–247, jul./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5380/his.v66i2.51872>

OLIVEIRA, Bruna Corrêa de. Ensino de História e estudantes surdos: concepções das professoras e intérpretes em duas escolas públicas de Criciúma. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2018.

PEDROSO, Cristina Cinto Araujo; DIAS, Tércia Regina da Silveira. Inclusão de alunos surdos no ensino médio: organização do ensino como objeto de análise. *Nuances: Estudos sobre Educação*, Presidente Prudente, v. 19, n. 20, p. 134–154, maio/ago. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v19i20.985>

PERALES, Heloisa Lima. Práticas pedagógicas do professor de História de Ensino Médio em turma regular com a presença de aluno surdo. 2018. 170f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

PIMENTEL, Marcelo Victor Barbosa. O ensino de História e a Educação Inclusiva: desafios e possibilidades docentes na adoção de práticas inclusivas no município de Bragança no nordeste paraense. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Pará, Ananindeua, 2023.

RODRIGUES, Carla Renata Vieira. Cidadania e igualdade como projeto: o ensino de História em uma escola inclusiva. 2020. 204 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SANTOS, Clarissa Grahl dos; SARZI, Luana Zimmer. O teatro como estratégia pedagógica inclusiva para o ensino de história. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v. 16, n. 8, p. 11470–11481, 2023. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.16n.8-141>

SANTOS, Eduardo Schutz dos. Ensino de História e Inclusão: um caminho para a cidadania. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

SANTOS, Paulo José Assumpção dos. Ensino de História para alunos surdos em classes inclusivas: práticas e propostas. 2018. 204 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana et al. Estudando a integração digital: como a tecnologia facilita a inclusão de alunos. *Revista Caderno Pedagógico*, Curitiba, v. 21, n. 3, p. 01–19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n3-002>

SCHÄFER, Thales Sanson de Bem. O autismo no ensino de História: análise de experiências de professores de História da rede municipal de Porto Alegre com a inclusão de estudantes autistas. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2024.

SILVA, Glaciélma de Fátima da. Atividade de estudo na área de História: notas sobre o caso de uma estudante com deficiência intelectual. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, Marília, 2023.

SILVA, Glaciélma de Fátima da. Ensino de história na área da deficiência intelectual na perspectiva inclusiva: análise de dissertações e teses. 2018. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2018.

SILVA, Luis Henrique da. A concepção de êxito no ensino de História para alunos com deficiência intelectual. 2009. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2009.

SOUSA, Maria de Fátima de; OLIVEIRA, Marinalva de Almeida S. Inclusão de alunos surdos no ensino médio: organização do trabalho pedagógico e práticas escolares inclusivas. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 15, n. esp. 3, p. 2100-2117, 2020. DOI:

<https://doi.org/10.21723/riaee.v15iesp3.13718>

STIPP, Paulo Eduardo de Mattos. A história muda: o uso de imagens no ensino de história para surdos. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

TEIXEIRA, Moisés Pires. Formação continuada de professores: o ensino de História numa perspectiva inclusiva. 2020. 140f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

VIEIRA, Ana Gabriela da Silva. Diálogos entre o ensino de História e o uso do português escrito: reflexões em uma escola de surdos. *Laplage em Revista (Sorocaba)*, vol.6, n. Especial, p.155-166, set.-dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.24115/s2446-622020206Especial957p.155-166>

Recebido em: 30 de setembro de 2025.

Aprovado em: 01 de abril de 2026.

ⁱ Julia Kaori Schmidt. Formada em licenciatura - História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 2023), especialista em tecnologias assistivas pela UniRitter e atualmente mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6492234641691061>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2386-8943>

E-mail: julia.kaori@acad.pucrs.br